
Guerreiro Ramos: entre os dilemas da sociologia brasileira e da história

Dora Vianna Vasconcellos¹

A tese de doutorado em ciências sociais, defendida em 2008 na UNESP de Araraquara, foi publicada em 2011 em uma versão de leitura prazerosa. Não obstante ser um texto que obedece às exigências da academia no que diz respeito a seu conteúdo e forma, o livro está plenamente adaptado também ao público extrauniversitário. A relevância do tema contribui para o interesse, pois o livro retrata os dilemas intelectuais e políticos da época que se estende de 1930 a 1982, período em que Guerreiro Ramos participava dos mais influentes círculos da intelligentsia brasileira. Assim, ele não é apenas um estudo detalhado da obra do publicista, trata-se de uma pesquisa que também se dedica à análise de sua trajetória e do contexto político no qual estava imerso. A preocupação em mostrar as possíveis influências sofridas pela sua participação em diversas instituições, como Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP), Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) etc., leva o autor a afirmar com mais precisão que a trajetória e a obra do intelectual confundem-se com a história da própria sociologia brasileira e com a conjuntura de 1930 a 1982, privilegiando o interregno de 1930 a 1964, período em que outro setor da classe burguesa consolidou-se no poder, formou-se uma classe média, as classes subalternas entraram no cenário político e as ciências sociais se institucionalizaram.

Nesse texto, que realça a interseção entre vida intelectual, trajetória e conjuntura, Bariani sugere a existência de três modalidades de redução sociológica na obra de Guerreiro Ramos que retratam as questões postas não apenas pela sociedade brasileira, mas também pela própria sociologia nacional. Daí a razão de o livro de Bariani despertar tanto interesse. De forma bastante clara, o autor sinaliza que a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ. E-mail: doravasconcellos@ig.com.br.

sociologia de Guerreiro Ramos e as suas três propostas de redução sociológica ilustram o apogeu e o ocaso da fase tragicamente heroica da sociologia brasileira, em que seu exercício “era menos uma carreira do que uma missão” salvacionista, redentora e refundacional do país.

As reduções sociológicas que Bariani identifica em Ramos estão referidas a três fases de nossa história: 1940 a 1950, 1950 a 1964, 1964 a 1982. O autor mostra que no largo período de 1940 a 1964 Guerreiro Ramos opta pelas bandeiras do nacionalismo, da autonomia, da industrialização e do desenvolvimento, defendendo a publicização do Estado e da construção da nação. Bariani considera que nessa fase o publicista definiu-se pela linhagem que considerava a mais crítica do nosso pensamento social, representada por Sílvio Romero, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Alberto Torres etc. Foi nesse período que Guerreiro Ramos afirmou que a tarefa de modernização e consolidação do capitalismo no Brasil de forma autônoma não podia prescindir de uma intelligentsia de Estado. Por isso, na obra do intelectual, o moderno é considerado como a supremacia do Estado, do antiliberalismo, do planejamento e da administração. É visto como processo que viria pela condução de uma intelligentsia reformista e planejadora dos órgãos estatais no Brasil, capaz de fazer frente à cultura política e à sociabilidade patrimonialista e privatista, vistas como responsáveis pela completa debilidade da sociedade civil brasileira. Bariani mostra que desta convicção nasceria a ideia de que era necessário construir uma sociologia nacional voltada para a intervenção, atenta às vicissitudes e à singularidade de nossa realidade marcada por elementos burocráticos e patrimoniais. Uma sociologia que embasasse a intelligentsia ligada ao Estado e que, por conjugar os papéis de burocracia, intelectualidade e de ideóloga, tornava-se, assim, o agente defensor do público e portador do moderno.

Bariani lembra que, na conjuntura dos anos 1940, haveria uma disputa ideológica entre os intervencionistas, para os quais as livres demandas perturbariam o processo de racionalização que se realizava por meio de um comando autoritário, e os liberais, para os quais a racionalização propiciada pelo Estado, ao sacrificar a livre concorrência, padeceria com o autoritarismo. A diferença primordial entre essas duas correntes viria do fato de que o autoritarismo não acreditava que a sociedade chegaria naturalmente à formulação e execução de regras legais adequadas, ao passo que os liberais, sim. Nessa fase, estariam polarizados aqueles que confundiam democracia com liberalismo e aqueles que apelavam para o Estado demiúrgico, como fazia Guerreiro Ramos. O autor mostra que o publicista concebia o político, com

seus conflitos de interesse, como irracional demais, demorado, injusto. Considerava-o mais como uma tática protelatória a obstaculizar a ação racionalizante e modernizadora do Estado do que como um mecanismo decisório. Por isso, Ramos acreditava que a modernização deveria ser resguardada da interferência irracionalista da embrionária sociedade civil, dos seus interesses e dos seus vícios, deixando ao Estado e à sua intelligentsia a tarefa primordial de condução do moderno.

Bariani traça um paralelo entre essa convicção política e a primeira proposta de redução sociológica de Ramos, que tinha forte orientação manheimiana. O intelectual acreditava na aplicação do existencialismo à realidade social e na ideia de uma vanguarda esclarecida, privilegiada em termos de consciência, como condutora de mudanças sociais. Para que isso ocorresse, Ramos defendia a necessidade de amadurecimento histórico-social, que pressupunha um processo de conscientização da intelligentsia brasileira. Formada sob os auspícios do colonialismo e aficionada com a ideia da transplantação, a intelligentsia não se dava conta das singularidades de nossa realidade. Por esta razão, Ramos falava da necessidade de refundar a sociologia nacional. Bariani mostra ainda como essa perspectiva tinha como vértice social a classe média que se consolidava ligada à institucionalização do saber.

Bariani identifica uma mudança no pensamento de Guerreiro Ramos a partir da década de 1950, relacionada ao aparecimento de uma emergente sociedade civil no Brasil. Com a nova circunstância, Ramos teceria críticas ao elitismo da vertente autoritária à qual havia se filiado, embora nunca tenha expressado essa adesão plenamente. Considerava que esse tipo de condução do moderno daria origem a uma modernização pelo alto, não desejada por ele. Todavia, o publicista continuava a crer na conscientização e na organização das massas, no nacionalismo e no Estado como órgão privilegiado de interpretação e de construção da nação por representar os interesses gerais do povo.

Entretanto, Bariani chama atenção para um fato interessante: a democracia até então era concebida em termos de permeabilidade de representação no Estado, sendo a representação interpretada como a correta identificação pelo Estado do interesse geral da nação. A partir de 1950, com a emergência do povo no cenário político, o Estado deixa de ser visto como o principal combatente político. A intelligentsia ligada ao Estado passa a não ser mais entendida por Guerreiro Ramos em termos manheimianos. A ela não mais caberia perscrutar os interesses das classes e racionalizá-los, trazê-los à tona no xadrez político,

mas indetificar-lhes a legitimidade num projeto nacional. Ao Estado não caberia mais buscar um reequilíbrio com a sociedade civil e sim exercitar o comando da sociedade civil e de suas reivindicações na transformação da sociedade. As pretensões da intelligentsia, não mais de Estado ou manheimiana, já se confundiam, segundo Bariani, com as da vanguarda civil e intelectual. O desenvolvimento já não seria mais visto como tarefa exclusiva de uma elite política da intelligentsia porque afloravam naquele período grupos minimamente coesos na sociedade civil; estaria se formando uma cultura popular criativa não conformada pelo mimetismo cultural.

Todavia, Bariani salienta que Ramos considerava que esses sujeitos políticos ainda estavam se qualificando e, por isso, não dispensava a necessidade de uma elite político-cultural realmente consciente, não formada nos males da transplantação, que educasse o povo e não mais o tutelasse; que conseguisse levá-lo à maioria de sua condição, sob seus auspícios. Daí viria a crença também da necessidade da sociologia como forma de autoconsciência que pusesse fim ao desencontro entre as elites intelectuais e o povo. Bariani afirma que, em busca do povo, Guerreiro Ramos e a sociologia continuavam presos a certo messianismo, agora popular e salvador.

Para Bariani, nessa fase dos anos 1940 a 1964, Ramos combina os moldes de seu culturalismo com um certo hegelianismo que, na sua opinião, seria um tanto ingênuo, chegando a resvalar no platonismo. Isso porque a superação daquela conjuntura é pensada em termos de autoconsciência. Não é que a mudança não fosse vista como dependente também das classes sociais, mas o autor lembra que, quando o publicista trata da questão da alienação que acometia o grupo dominante, ele a desvia do conceito de luta de classes. A alienação não é pensada como efeito da dominação, mas como desentendimento entre as camadas populares e as camadas cultas. O resultado disso seria a mudança ser vista não como resultado do conflito atroz, mas como movimento orgânico e não causado pelo enfrentamento de posições.

Ao considerar o cosmopolitismo abstrato e o colonialismo cultural como principais defeitos da elite político-cultural informada na sociologia alienada, Bariani mostra como a questão sociológica em Guerreiro Ramos vai ultrapassando a disputa teórica e erige-se em luta política ideológica aberta, consubstancializada no nacionalismo *versus* entreguismo. Por isso, a sociologia é vista como instrumento da construção nacional, como saber autêntico capaz de liquidar as heteronomias que manietavam o país. O autor mostra como o saber do publicista estava comprometido com a necessidade de realização

de um projeto de existência histórica – uma comunidade entendida como nação. Ramos é visto, então, como ícone daquele contexto em que as pregações nacionalistas estavam em voga, já que, na revolução brasileira proposta pelo intelectual do Rio de Janeiro, defrontar-se-iam nação e antinação num rumo capitalista. Bariani salienta que, para Ramos, o país, por suas condições objetivas, não estava apto a almejar o socialismo.

O autor observa que, com o golpe de 1964, uma nova modalidade de redução sociológica é proposta pelo intelectual. Segundo ele, esse acontecimento teria deixado como lição para Ramos o fato de que o enraizamento social da sociologia não passava necessariamente pela recusa/aceitação das ideias importadas. O desânimo do publicista em relação às forças progressistas e ao nacionalismo causados com o golpe de 1964 teria demonstrado que a modernização poderia chegar sem a condução de tais forças, sem autonomia e com o apoio do capital internacional. Agora, a nação não seria mais a categoria central de análise e de intervenção política de Ramos. O publicista tampouco acreditaria mais na força da intelligentsia para se chegar ao moderno. Segundo Bariani, razão e modernidade não seriam mais forças convergentes no pensamento do autor. Contudo, salienta que Ramos faz uma crítica da razão instrumental que dominava as ciências sociais contemporâneas, acusando-a de ser normativa, articulada com o propósito de liberar o mercado dos controles que o tinham mantido dentro de um limite determinado e que toma o Ocidente como modelo. Faz um apelo às ciências sociais para que elas se libertem de sua obsessão pelo desenvolvimento, para que se tornem uma ciência multicênica e não focalizada no sistema de mercado. Ramos postularia o fim da febre do desenvolvimentismo e o início da utopia humanista, fazendo sua própria autocrítica. Deste modo, faria uma crítica da modernidade, da razão instrumental, da visão unilateral sobre a existência humana e da concepção teleológica da história.

Ao retratar essas três modalidades de redução sociológica proposta por Guerreiro Ramos, Bariani demonstra como a trajetória do intelectual teve seu sentido impregnado pela circunstância brasileira e principalmente pelo surgimento de uma classe média no país. O autor considera que o publicista falava em nome dessa classe média que se autoconsiderou representante do povo, como sua vanguarda. Ressalta a ligação dessa classe com o Estado e a intelligentsia, considerando Guerreiro Ramos como o ícone dessa ligação.

Ao final do livro, Bariani faz questão de pontuar que o erro do nacionalismo de Guerreiro Ramos foi não perceber que a classe média

não podia falar em nome do povo, uma vez que os anseios da classe subalterna não estavam sendo representados nem tampouco os da burguesia industrial. Afirma que esta fração da classe burguesa que o publicista julgava comprometida com as forças nacionalistas, na realidade, se formara amalgamada com a burguesia comercial e os latifundiários, setores ligados ao mercado internacional. Por esses equívocos, Bariani considera que algumas peças de resistência ao golpe de 1964 foram inviabilizadas e o projeto nacionalista, que teve Guerreiro Ramos como ícone, perdeu força histórica.

Não obstante tais observações, o autor considera que o nacionalismo não pode ser culpabilizado por 1964 nem visto como uma ideologia que resultou na conciliação de classes, obscurecendo o conflito de classes ao promover uma promíscua relação entre o povo e o Estado, subjulgando o papel das lutas sociais. Bariani sugere uma relativização desses erros ao considerar que “os contextos históricos possuem escassa verossimilhança, pois geralmente são frutos de idealizações providencialmente convenientes para justificar situações posteriores: o passado necessário para a justificação da existência de um presente indesejado” (BARIANI, p. 293)². Os erros cometidos não invalidariam, segundo ele, as conquistas sociais e políticas que o Brasil alcançou

² Em um interessante artigo, Marcelo Ridenti faz essa mesma consideração em relação aos usos da história a partir das lutas sociais do presente. Neste seu trabalho, Ridenti ressalta o equívoco de certas interpretações que consideram o golpe militar de 1964 como uma reação à ação de grupos de esquerda revolucionários supostamente não democráticos. Nessas interpretações, ou o golpe é visto como uma iniciativa de salvação da democracia, ou a sociedade civil se isenta de sua participação na ditadura, considerando que estava fora do confronto em que se opunham militantes de esquerda e adeptos da ditadura, todos antidemocráticos. Ridenti afirma que essa visão construída nas circunstâncias do presente serviria para exorcizar a sociedade de um passado indesejado. Considera que é um erro avaliar o passado com base em uma ideia de democracia estabelecida posteriormente. Este equívoco conduziria a mais um deslocamento de sentido: a ideia de que os movimentos de esquerda não podiam ser qualificados como movimentos de resistência à ditadura devido à sua tônica revolucionária. Para Ridenti, esses movimentos eram de resistência, embora não fossem movidos por um anseio de reconstruir a democracia do pré-64 e tampouco prefigurassem a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil após a ditadura. Essa falsa interpretação de que os movimentos de esquerda não seriam de resistência seria produzida por alguns setores da esquerda, agora comprometidos com o processo de democratização (RIDENTI, MOTTA, 2004). Outras análises de deslocamentos de sentido aparecem também no seu livro *Versões e ficções: o sequestro da história de 1997*.

com projetos nacionais como os de Guerreiro Ramos. E pondera considerando que, “nos países em que a questão nacional não foi devidamente equacionada, subsistem problemas que se espraiam pela constituição da democracia, cidadania, soberania, direitos civis, coexistência de etnias, limites e sanções do Estado etc. (BARIANI, *op. cit.*, p. 293). A atitude correta, para ele, não seria condenar o nacionalismo e a sociologia engajada de Guerreiro Ramos e de toda a inteligência que se alinhou com ele, pois, afinal, essa agenda teria provocado formas mais elevadas de consciência social, uma sensibilidade social derivada da preocupação com o desenvolvimento e a acomodação de conflitos internos, com a ideia de povo como sujeito político – ainda que resignado –, avalia Bariani.

E termina citando Marx, considerando que os homens com suas ideias são os sujeitos da história, mas sob dadas circunstâncias que escapam de seu controle. Com isso faz uma crítica ao protagonismo histórico dado por Guerreiro Ramos à sociologia, tratada mais como ideologia do que como saber, que, embora não totalmente destituído de valores, possui um uso que é dado pelo processo histórico em seu fluxo e não por quem a escreve.

Referências bibliográficas

- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. (org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BARIANI JÚNIOR, Edilson. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, 342 p.